

MULHER, MATERNIDADE E TRABALHO: IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL

Milena Loiola Alves¹
Thalissa Tatiane Alves¹
Fernanda Bicalho²
Pollyana Brandão Gomes³
polly.matipo@gmail.com

Área de conhecimento: Ciências Humanas

PALAVRAS-CHAVE: maternidade; trabalho; saúde mental; mulheres.

INTRODUÇÃO

A partir do século XX, com a criação de novas técnicas científicas de controle de natalidade, o prazer passou a ser desejado além da procriação, estabelecendo um novo paradigma nas relações entre os sexos, tendo em vista que a perspectiva do papel da mulher somente como esposa ou mãe foi abstraído (ROUDINESCO, 2003, apud, MOZZAQUATRO, ARPINI, 2017). Essas modificações relativas ao papel da mulher, juntamente com sua ascensão profissional, a chegada da pílula anticoncepcional e o divórcio, cooperaram para a decadência do modelo tradicional familiar. A mulher que antigamente pouco escolhia, na atualidade, passa a livrar-se do determinismo biológico e social e entende-se como cidadã, ou ainda melhor, sujeita do seu desejo. Nos dias de hoje, cresce o número de mulheres chefes de família e as funções deliberadas a homens e mulheres não se associam mais à identidade sexual, mas sim as circunstâncias (FINELLI, SILVA, AMARAL, 2015). Desse modo, a mulher deixou de ser coagida a desejar somente a maternidade. Como efeito ampliaram-se suas oportunidades de inserção no convívio social e laboral. Com a gravidez tardia, ela seria capaz de se dedicar a outras funções, como por exemplo, a de trabalhar (SARTI, 2007, apud FINELLI, SILVA, AMARAL, 2015). Tornou-se viável que elas conquistassem um lugar de sujeito de desejo, de maneira completa, e se fizessem atrizes políticas e personagens principais de suas próprias histórias. Apesar das muitas possibilidades, havia e ainda há no imaginário social uma idealização da maternidade como um valor pessoal e social (EMÍDIO, GIGEK, 2019). Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002, p.31), “os conceitos de saúde mental abrangem, entre outras coisas, o bem-estar subjetivo, a autoeficácia percebida, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a autorrealização do potencial intelectual e emocional da pessoa”. Objetiva-se nessa pesquisa, analisar a literatura a respeito das novas configurações do papel da mulher e suas implicações na saúde mental. Trabalhos como este são importantes pois o espectro de papéis que as mulheres desenvolvem influenciam diretamente em como a sociedade contemporânea é organizada, intervindo na saúde mental da mulher e conseqüentemente na saúde pública e coletiva.

¹ Alunas do curso de Psicologia da Faculdade Univértix.

² Psicóloga. Mestre em Saúde e Enfermagem. Professora dos cursos de Psicologia e Enfermagem da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

³ Psicóloga (UNEC), especialista em Educação Especial, Saúde Mental, Docência do Ensino Superior, Psicanálise (FACEC, UCAM, UNIVÉRTIX, FUTURA), Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local (EMESCAM) e professora do Curso de Psicologia e Educação Física da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, onde foram utilizados artigos pesquisados nas plataformas de busca Google Acadêmico e Scielo. Os descritores utilizados foram: Mulher; Saúde Mental, Papéis da mulher, Maternidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maternidade foi um fator apontado para que as mulheres se tornassem donas de casa e colaborando para que não entrassem ou não permanecessem em atividades profissionais fora do lar (SANTOS, DINIZ, 2018). O entendimento sobre o papel da mulher não foi homogêneo, indicando que as mudanças não são lineares, datadas e racionais. Observou-se aspectos controversos declarados nos cotidianos das mulheres (MOZZAQUATRO, ARPINI, 2017). Há um paradoxo nas falas das mulheres que trabalham somente no espaço doméstico. Ao mesmo tempo em que se sentem importantes por realizar todo o trabalho a elas delegado, se depreciam por não ter reconhecimento por parte da família e sociedade. Os discursos apontam para a invisibilidade decorrente, basicamente, por esse trabalho não gerar renda para a família. Daí surge o desejo de ocupar um espaço no mercado de trabalho remunerado (SANTOS, DINIZ, 2018). Infere-se que concepções dos papéis que tradicionalmente foram delegados às mulheres e aos homens, procedem de um discurso social que naturaliza essas questões, qualificando o que cabe à mulher, como se fosse algo inato (MOZZAQUATRO, ARPINI, 2017). Santos e Diniz (2018), colocam que em contraposição, ser controlada e subordinadas às vontades e desejos dos outros, maridos e filhos(as), custa caro. Essas diligências causam inquietações que fazem refletir se existe uma única forma de maternidade ou se, na realidade, há possibilidades de vivenciá-la. Com todas as questões que envolvem “ser mãe”, acredita-se que exista uma forma menos comprometedora para a saúde mental de mulheres. A todos os níveis socioeconômicos, a mulher, pelos vários papéis que desempenha na sociedade, está mais vulnerável ao risco de perturbações mentais e comportamentais do que outras pessoas na comunidade. Além de arcar com o fardo de todas as responsabilidades de suas funções, “as mulheres também enfrentam discriminação sexual e as concomitantes pobreza, fome, desnutrição, excesso de trabalho e violência doméstica e sexual. Sendo então um problema de ordem social e de saúde pública significativo” (OMS, 2002, p.46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a revisão teórica exposta nesse artigo, a respeito dos diferentes papéis da mulher e as implicações na saúde mental, entende-se que mesmo a mulher tendo conquistado vários espaços, ela ainda arca com críticas quanto as suas escolhas em relação à constituição de família, maternidade e trabalho, sendo ainda circundada com visões patriarcais. Há ainda uma sobrecarga por ocupar vários papéis que atuam diretamente sobre a saúde mental das mulheres. Levando em consideração as vivências das mulheres em vários contextos, percebe-se a necessidade de mais estudos que associem as novas configurações do papel da mulher à saúde mental, para embasar as práticas dos profissionais da saúde, para que possam entender e auxiliar essas mulheres em suas vivências, processos e possíveis sofrimentos.

REFERÊNCIAS

EMIDIO, Thassia Souza; GIGEK, Thaís. “Elas não querem ser mães”: algumas reflexões sobre a escolha pela não maternidade na atualidade. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 186-197, dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217648912019000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 ago. 2020.

FINELLI, Leonardo Augusto Couto; DA SILVA, Jeanne Laís; DE ANDRADE AMARAL, Renata. Trajetória da família brasileira: o papel da mulher no desenvolvimento dos modelos atuais. **Humanidades**, v. 4, n. 2, p. 52-60, 2015.

MOZZAQUATRO, Caroline de Oliveira; ARPINI, Dorian Mônica. Planejamento Familiar e Papéis Parentais: o Tradicional, a Mudança e os Novos Desafios. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília. V.37, n. 4, p. 923-938, Dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932017000400923&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 ago. 2020.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Saúde**. Lisboa: OMS, 2002.

SANTOS, Luciana da Silva; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 37-59, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01035665201800010003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 ago. 2020.